



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MUSEALIZAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO TEJO E GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO: O PROJECTO DO MUSEU DE MAÇÃO

Luiz Oosterbeek¹

¹ Instituto Politécnico de Tomar / Instituto Terra e Memória / Centro de Geociências da Universidade de Coimbra / Director do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação / loost@ipt.pt

Resumo

O programa de reorganização do Museu de Mação foi centrado na arte rupestre do vale do Tejo e na sua relação com as origens da agricultura e pastorícia no ocidente peninsular. Este programa comporta diversas dimensões (estudo e conservação dos sítios, organização do parque arqueológico do Ocreza, cursos de pós-graduação em colaboração com o ensino superior, arqueologia experimental, quinta neolítica, soluções museográficas inovadoras, rede internacional, interfaces com as artes e a arquitectura, turismo cultural) num quadro de gestão global e integrada do território (integração cultural das dimensões económica, social e ambiental). Esta estratégia insere-se num novo paradigma de desenvolvimento sustentável e reequaciona a função social da arqueologia na sociedade do século XXI.

Palavras-chave: Museologia, Conhecimento, Arte Rupestre, Território, Mação.

Abstract

The programme of re-organization of the Museum of Mação was focused on the Tagus valley rock art and its relation to the dawn of agriculture and herding in western Iberia. This programme includes several dimensions (sites' study and conservation, organization of the archaeological park of Ocreza, research degrees in collaboration with higher education, experimental archaeology, neolithic farm, innovative museographic solutions, international network, interfaces with art and architecture, cultural tourism) within a framework of global and integrated landscape management (cultural integration of the economic, social and environmental dimensions). This strategy is part of a new paradigm of sustainable development and rethinks the social role of archaeology for the 21st century society.

Keywords: Museology, Knowledge, Rock Art, Territory, Mação.

1. ESTRATÉGIA MUSEOLÓGICA

O projecto de renovação do Museu do Dr. João Calado Rodrigues, em Mação, iniciado em 2001, foi despoletado pela re-descoberta, no ano anterior, de gravuras rupestres no vale do Ocreza, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da construção da actual estrada A23 (então designada IP6).

A questão que se colocava nessa data era a de que sentido dar ao Museu, dotado de um pequeno mas importante acervo e inserido num município com baixa densidade demográfica, com crescente envelhecimento populacional e escassos meios públicos de transporte.

O projecto foi orientado desde o início a partir de oito considerações estratégicas e teóricas, que em seguida se mencionam.

Em primeiro lugar, *um museu não pode ser um mero depósito de peças*, e a função de conservação, ou sequer a de pesquisa, não esgotam o essencial das suas funções. Nesse sentido, a socialização do conhecimento (e não a mera “animação cultural”), que só se pode fazer integrando as pessoas no processo de pesquisa, deve estar no centro das preocupações de um museu.

Em segundo lugar, *não existe socialização de conhecimento divorciada da sua produção*, mas ambas são operações distintas. Parte do processo de socialização do conhecimento passa por explicar essa mesma distinção, sublinhando o rigor metodológico e persistência que estão associados à pesquisa, valorizando-a. Dessa forma, desde cedo o projecto sendo estruturado com duas grandes vertentes: a investigação e as demais componentes da museologia.

Na verdade, *o museu é um “espaço outro”*, uma outra dimensão, que transforma o sentido do quotidiano para quem o visita (se a visita for de facto útil) e que por esse processo transforma o próprio visitante. Esse processo de dupla transformação, e de “deslocação”, é tanto mais profundo quanto a experiência racional (que começa na escolha do visitante, que decide fazer a visita) se combinar com uma experiência sensorial e emocional.

Mas, e esta é a quarta consideração teórica, só existe transformação a partir de uma base, *de um invariante*. Nesse sentido, o museu teria de identificar um “máximo denominador comum” dos seus utilizadores e dos acervos do museu, uma dimensão que lhes conferisse uma sensação de “conforto e reconhecimento”, para sobre essa base potenciar a inquietação e a dúvida (geradoras de novo conhecimento). Foi a partir dessa preocupação que, uma vez identificados os núcleos significantes do acervo do Museu (do Paleolítico ao sub-actual), se definiu como eixo temático as origens da agricultura (não apenas pela relevância das colecções neste domínio – nelas se inserindo o complexo de arte rupestre da bacia do Tejo – como pelo facto de o “mundo rural” ser ainda um referencial identitário muito forte, obviamente na região mas em geral também).

Em quinto lugar, *o museu deve ser uma αγορά* (ágora), um espaço de frequentação, reflexão e prospectiva, de construção de cidadania, e não apenas de contemplação e consumo. A implantação do museu em Mação, com uma grande praça, favorecia essa abordagem. Por isso o museu se estruturou em primeiro lugar para os habitantes locais, como o seu museu, ou a sua *αγορα*. Em 2002, foi aberto um amplo processo de debate sobre o futuro do Museu, em que participaram 10% dos habitantes do concelho (mais de 50% da população da vila), o que assegurou uma primeira relação forte com a população local. Esta relação pretendeu-se profunda mas clara, identificando diferenças de opinião quando necessário e construindo uma relação de mútua confiança (que seria reforçada a partir de 2003, pela vivência conjunta dos grandes incêndios que nesse ano penetraram na vila e afectaram áreas de actuação da equipa do museu, no que constituiu uma espécie de acto traumático fundacional da nova etapa do museu).

Em sexto lugar, *o museu opera deslocações no espaço (local/global) e no tempo (instante/fluxo)*. Essa função foi exercitada desde o início do projecto pelas escalas de debate e pela museografia. Ao mesmo tempo que se encetava a discussão com a população, foi criada uma comissão científica inter-

nacional, integrada por uma dezena de especialistas de diversos países, que aprofundou e validou o projecto museológico. Paralelamente, foram estabelecidos protocolos de colaboração com universidades e centros de investigação e património em Portugal (como a Rede Portuguesa de Museus ou a rede da Fundação para a Ciência e Tecnologia) e em diversos outros países. No plano temporal, a primeira exposição “nova”, realizada antes das obras de requalificação do Museu, reuniu moldes de paleosolos do Pleistocénico de Portugal (*Santa Cita*) e Itália (*Isernia la Pineta, Grotta Fumane e Riparo Tagliente*), que permitiam ao visitante a experiência multi-sensorial (visão, toque) e a compreensão de que os instantes aparentes são muitas vezes palimpsestos de fluxos. Esta didática tornou-se possível por uma estratégia assumida desde o início do processo, no que respeita à orientação das visitas: todas são guiadas por colaboradores do museu (não por guias mas por técnicos e pesquisadores), propiciando uma relação cognitiva aprofundada.

Mas (sétima consideração), o *museu deveria ser mais do que um espaço de debate*, contribuindo para a inserção de Mação e da região na dinâmica da globalização. Fazer de Mação um centro cosmopolita foi, a partir de 2004, um objectivo estratégico, que se concretizou com a colaboração do Instituto Politécnico de Tomar e, depois, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e diversas outras universidades europeias. O quotidiano de Mação mudou com a realização de aulas de diversos programas de Mestrado e de Doutoramento, aí localizadas pela estruturação de laboratórios e de uma biblioteca especializada em arqueologia, arte rupestre e gestão territorial (que conta hoje com mais de 50.000 referências). A vila ganhou novos habitantes (hoje cerca de 5% da população da vila), provenientes de mais de 20 países dos cinco continentes, com elevadas habilitações e uma diversidade cultural que de 2005 a 2008 passou do “estranhar” ao “entranhar”. Hoje Mação vai-se afirmando como nó relevante em diversos sectores (e não apenas na arqueologia ou museologia), no plano internacional.



Figura 1 – Edifício 1 do Museu.



Figura 2 – Edifício 2 do Museu. Instituto Terra e Memória.

Finalmente, a plena inserção do Museu e de Mação na dinâmica da globalização significa, por sua vez, uma abordagem global do Museu ao seu território. Isso implicou por um lado a definição de uma designação para o Museu mais monográfica (assegurando diferenciação no quadro global, ancorada na realidade patrimonial e de investigação) e a identificação de pilares estratégicos “totalizantes”, capazes de acompanhar o conjunto da dinâmica social. No plano designativo, foi renomeado como *Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo*, assumindo o interesse das suas colecções para o estudo da relação em diversas sociedades do passado (incluindo no século XX) com as temáticas do simbólico e do sagrado (em termos mediáticos, o Museu é divulgado essencialmente como MAP – *Museu de Arte Pré-Histórica de Mação*, já que é sobre a arte

rupestre holocénica e os seus contextos de povoamento que se realiza grande parte da pesquisa e das exposições). Esta renomeação não implicou o abandono da designação anterior (continua a ser o Museu Municipal de Mação do Dr. João Calado Rodrigues), mas uma alteração no plano comunicacional. Paralelamente, foram definidos três pilares estratégicos: qualidade (ainda que com recursos financeiros muito escassos, optar sempre por realizar os projectos e actividades do museu com uma grande preocupação de qualidade, auditada externamente de forma independente, o que contribui para difundir socialmente uma cultura de qualidade total), qualificação (acolhendo aulas de cursos de mestrado e doutoramento do IPT, da UTAD e de outras universidades, mas organizando também acções de formação a todos os outros níveis, numa lógica de profissionalização e ensino ao longo da vida, em que a didáctica da materialidade e da contingência é um fio condutor – que se prolonga nos *Espaços de Memória* criados pelo Museu) e território (sublinhando a base territorial do comportamento humano e inserindo a gestão patrimonial na gestão territorial, que por sua vez tem uma escala que hoje é mundial). É nesta lógica que em 2010 viria a ser decidida a criação do Instituto Terra e memória, centro de investigação internacional que tem como associadas entidades de Portugal, Espanha, Brasil e China, e que desenvolve projectos de arqueologia e de gestão territorial e do património numa dezena de países.

2. O PROGRAMA MUSEOLÓGICO

O programa do Museu comporta diversas dimensões (estudo e conservação dos sítios, organização do parque arqueológico do Ocreza, cursos de pós-graduação em colaboração com o ensino superior, arqueologia experimental, quinta neolítica, espaços de memória, soluções museográficas inovadoras, rede internacional, interfaces com as artes e a arquitectura, turismo cultural) num quadro de gestão global e integrada do território (integração cultural das dimensões económica, social e ambiental).



Figura 3 – Exposição permanente. Neolitização e arte rupestre.

O complexo de arte rupestre da bacia do Tejo é, sem dúvida, um dos conjuntos patrimoniais de maior relevância no território português, ainda que hoje esteja em grande medida submerso. Do ponto de vista museológico, o interesse da arte rupestre radica não apenas na sua dimensão patrimonial e histórica, mas no facto de permitir operar uma transformação de significado que parte do passado (as perspectivas com que se discutem e interpretam os conjuntos rupestres), atravessa as grandes linhas de clivagem teórico-epistemológica (forma/função, estética/comunicação, materialidade/simbologia) e se prolonga no futuro (resignificação do acervo no seu quadro paisagístico e prospectiva).

O Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, por isso, é um Museu em que se vê menos arte (presente através de magníficas fotografias de Mariano Piçarra e de moldes de Pedro Serra), do que “outras coisas”. Por um lado porque se pretende que o utilizador do museu entenda que a arte rupestre foi feita para significar a paisagem, só podendo ser plenamente abordada nesse contexto. Por outro lado para sublinhar que a arte é apenas uma parte de um complexo sistema de significações e materialidades, cujo sentido deve ser debatido no quadro da compreensão das dinâmicas de povoamento.

O utilizador do museu que visite o edifício principal (de exposições), confronta-se com um título dominante “Um risco na paisagem – Uma paisagem em risco” e três exposições que são declinações cogni-

tivas e sensoriais de uma mesma noção: na sequência de grandes alterações climático-ambientais, alguns grupos humanos optaram por abandonar modelos económicos de caça-recolecção em prol de uma economia crescentemente baseada na domesticação (de plantas, animais e pessoas); esse processo foi longo e ocorreu de forma independente em diversos locais do planeta; no ocidente peninsular, o Alto Ribatejo evidencia duas estratégias distintas mas convergentes que se inscrevem nesse processo. Neste sentido, os vestígios arqueológicos (e entre eles em especial a arte) são na sua aparência um mero risco na paisagem, que só se vislumbra com esforço, mas na verdade são testemunhos de paisagens em risco de desestruturação, e das dinâmicas humanas nesses contextos. No passado como na actualidade. Por isso, quando o visitante chega a meio do percurso, encontra a frase *Entre o que nunca foi e o que jamais será*.

A primeira exposição é digital, e consiste na manipulação de pacotes de imagens que foram seleccionadas para transmitir certas noções, por associação/transformação de ideias (o programa digital interactivo PACAD, desenvolvido em parceria pela empresa Benefits & Profits com o Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo), que se estruturam em três grupos de dois pares notionais: um grupo que sublinha o corte introduzido pela economia de produção (pares *Caçadores/Recolectores* e *Agricultura/Metalurgia*), um grupo que opera sobre as relações entre materialidade



Figura 4 – Pinturas do Pego da Rainha, Zimbreira, Mação.

e significação (pares *Arqueologia/Paisagem* e *Arte Rupestre/Arte Contemporânea*) e um grupo que destaca a importância da acção humana na construção do passado e do futuro (pares *História/Identities* e *Tecnologia/Inovação*). A exposição PACAD inclui imagens dos projectos de pesquisa que os colaboradores do Museu e do Instituto Terra e Memória desenvolvem em diversos países, e permite um acesso a essas imagens seja pelos pares dicotómicos/complementares referidos, seja pelo acesso através de um mapa a outras “salas PACAD”, em Portugal e no Brasil, que se encontram ligadas em rede ao museu. As noções fundamentais do museu são construídas visualmente, sem legendas ou explicações orais (embora sem exclusão do debate), operando um primeiro destacamento: a noção é forjada numa falsa proximidade que é propiciada pela hipervalorização do sentido quase sempre dominante na construção de conhecimento teórico (a visão). Desta forma, pela associação de imagens ao gesto de selecção das mesmas, o utilizador vai apreendendo os grupos notionais e seus conceitos, integrando-se no que é o fio condutor da experiência do museu.

A segunda exposição, no mesmo piso, é táctil. Ela agrupa sequencialmente réplicas de artefactos que ilustram o quotidiano dos vivos, os principais motivos de arte rupestre e os acervos funerários, das primeiras sociedades agro-pastoris na região. Imersos na escuridão, os utilizadores do museu são convidados a visitar o processo de neolitização sem recurso à visão e sem uma explicação prévia: devem reconstituir significados (dos objectos) a partir do tacto e do seu quadro prévio de informações culturais. Assim se opera um segundo destacamento: a escuridão da sala é uma alegoria que sublinha a intangibilidade do passado, ao mesmo tempo que a hipervalorização do tacto demonstra a possibilidade, apesar de tudo, em o racionalizar e reconstruir conceptualmente. Preparada para invisuais e portadores de deficiência motriz, a exposição oferece ainda uma experiência de “cegueira temporária” aos normo-visuais.

A terceira exposição retoma a estrutura em três espaços da exposição táctil (espaço doméstico,

espaço funerário e espaço da arte rupestre), num ciclo temporal longo (cerca de três mil anos, ao longo dos quais o território é progressivamente domesticado), mas com uma exposição “tradicional” (artefactos em vitrinas). As tabelas que identificam os artefactos são sumárias (visando a memorização de nomes de objectos, através da sua repetição: machado, placa de xisto, lâmina, etc.) e os textos são curtos e metafóricos (sendo que as versões em inglês são traduções conceptuais e não literais). O objectivo é, de novo, o convite à interrogação e ao debate, e parte desse objectivo é atingido pela exposição dos objectos (especialmente os líticos) sem desenhos ou textos que ilustrem as suas funções específicas. Sendo esta exposição mais antiga do que a táctil (que hoje é visitada antes), verificou-se que os visitantes deixaram de perguntar como eram manipulados os artefactos depois da experiência táctil (que lhes permitiu entender esse processo de forma directa). Um aspecto importante desta sala de exposição é a abertura para a sala de leitura da Biblioteca, opção que se destina a sublinhar que o discurso interpretativo da exposição, por muito flexível que pareça, se baseia na investigação, de que as publicações são o corolário (os visitantes podem utilizar a biblioteca para aprofundar conhecimentos).

O museu prolonga-se no edifício do centro de investigação (Instituto Terra e Memória) onde também funcionam os serviços de socialização do conhecimento. Os projectos de estudo e conservação dos sítios arqueológicos (incluindo os que estão hoje abertos ao público, como o *Parque Arqueológico do Ocreza*, a *Anta da Foz do Rio Frio*, a *Anta da Lajinha*, o *Castro de S. Miguel da Amêndoa*, mas também os sítios em curso de pesquisa, como a *Lagoa do Bando* ou o *Castelo Velho da Zimbreira*) são coordenados a partir de um conjunto de laboratórios especializados (*tecnologia e tipologia lítica*, *arte rupestre*, *cerâmica*, *zoo-arqueologia* – que se complementam com os recursos laboratoriais do IPT e do CIAAR), e que se cruzam em duas grandes linhas de investigação: *Culturas e Territórios* e *Ambientes e Comportamento Humano*. Os uti-

lizadores do Museu são convidados a visitar os laboratórios, e podem, no quadro dos programas de formação, incorporar as equipas de pesquisa. Tem especial relevância o projecto integrado de arqueologia experimental, que reúne as diferentes especialidades (líticos, orgânicos, cerâmica, metais) e que está no cerne das actividades formativas dos serviços de socialização do conhecimento (favorecendo o ensino das artes e das ciências a partir da tecnologia). É neste campo que está em estruturação uma *Quinta Neolítica* que será aberta ao público em 2014.



Figura 5 – Exposição “Ser Mação”, sobre o mundo rural.



Figura 6 – Desenho dos moldes de arte rupestre do Tejo.

No Museu funcionam, como referido, aulas de cursos de doutoramento e mestrado em arqueologia pré-histórica, arte rupestre, estudos de quaternário, fotografia aplicada e outros. A presença de dezenas de mestrandos e doutorandos, e de alguns

pós-doutorandos, constitui a coluna vertebral do Museu/ITM como continuum entre a pesquisa e a socialização do conhecimento. Os seminários anuais de arte rupestre (iniciados em Tomar em 1988 e que se realizam em Mação desde 2005), os cursos intensivos de pós-graduação em Gestão do Património Cultural (prémio Ouro da Comissão Europeia) ou em gestão integrada do território, ou os ciclos de conferências (como o ciclo “Entre Hefesto e Prometeu”, que decorreu em 2012/2013) complementam esta dimensão, que se consolida em dezenas de publicações internacionais anuais e algumas séries de publicações próprias: série monográfica *ARKEOS* e *AREA DOMENIU* (editadas pelo CEIPHAR), *Cadernos de Quaternário e Pré-História* (editados pelo Museu e pelo Município de Mação) e *TECHNE* (editada, na sua 2ª série, pelo ITM).

Esse continuum é reforçado pelas interfaces com as artes e a arquitectura, tendo o Museu coordenado diversos projectos europeus e euro-brasileiros neste campo, de que é exemplo o actual projecto GSTART, que parte da consideração de que os significados das coisas, apesar de imateriais, dependem dos objectos e, mais ainda, da criação de novos objectos, da criatividade, da estética e dos gestos. Através de 5 cenários europeus (polarizados Médio Tejo Mação, Vila Nova da Barquinha e Abrantes), cerca de 30 artistas e arqueólogos, e 100.000 cidadãos, serão parte activa de um projecto que está centrado nos gestos: não apenas dos artistas, mas de todos, porque é na diversidade de gestos de todos que os gestos artísticos ganham sentido.

As artes visuais, as artes plásticas e o património cultural são as referências básicas de diversas actividades com a participação de artistas, arqueólogos e cidadãos, em domínios como a cerâmica, o design, a literatura, a fotografia ou a tecnologia da pedra. Até Novembro de 2014 o projecto reunirá os saberes de criadores (artistas e artesãos) e de especialistas (arqueólogos e historiadores de arte) para a consolidação das paisagens culturais em que vivem os cidadãos dos municípios envolvidos.

Este quadro de actividades alarga-se a todo o território, a partir dos *espaços de memória*, locais

onde as populações reúnem objectos portadores de memórias do seu passado, e onde tais memórias são socializadas. Ocasionalmente, tais espaços podem assumir a forma de pólos do museu (como o pólo etnográfico em estruturação na freguesia da Ortiga), mas o que os caracteriza em primeiro lugar é uma gestão colectiva, assumida pela população, e a opção de valorizar as materialidades (objectos) como focos de memórias e da cultura imaterial. Esta rede de espaços, que se alargou a partir de 2011 ao Brasil, é uma forte componente de coesão territorial, estabelecendo articulação entre os domínios da formação, da cultura e da economia, na perspectiva de uma gestão global e integrada do território.



Figura 7 – Andakatu. Didática da ciência, tecnologia e artes, com a arqueologia.

3. UM NOVO PARADIGMA

Aprender história de nada serve para prever o futuro, mas é indispensável para perceber cada momento presente, que foi por ela gerado. Portugal é um território pequeno, com escassos recursos minerais, solos em geral pobres (embora com excepções, boa parte das quais em áreas que são hoje urbanas) e um relevo muito irregular que dificulta a mobilidade.

A construção do Património Cultural é um produto a dois tempos: obra da academia e do rigor de tipo científico, ela é, também, consagração de dinâmicas sociais. É por isso que Património Cultural remete para apropriação mais do que para conhecimento, e é também esta a razão pela qual o ensino



Figura 8 – Pinturas murais em Mação. Projecto Museu de museus.

académico do Património Cultural na ignorância da economia é estultícia.

Percorrem o património dois eixos. Um é o dos direitos sociais a apropriações distintas e até contraditórias, que radica nas dinâmicas sócio-culturais. O outro é o lugar das narrativas na vertente das ciências “duras” e naturais. Um exemplo das tensões que daqui emergem é a confusão entre os factores de crescimento económico/financeiro (PIB e cultura de consumo) e os factores de crescimento de património (posse e conhecimento tangível, “aplicado” na concepção positivista).

Na verdade, só uma estratégia global, integrada, permite uma eficaz intervenção na esfera do património. É por isso que quando os governos legislam em prol de uma protecção conservativa do património isso é largamente ignorado pela sociedade. Sempre com a consciência de que o Património Cultural tem uma dupla raiz, o caminho, mais do que judicial, terá de ser o de reforçar o peso institucional das associações informais de grupos de cidadãos, e o de inscrever a gestão patrimonial em estratégias globais de gestão territorial e sua governança.

Num ciclo de crise sistémica global, todas as atenções se tendem a concentrar em apenas um dos seus vectores: ora o financeiro, ora o social, ora o ambiental, algumas vezes o económico, raras vezes o cultural... E todas essas atenções se vão deslocando de um para outro à medida em que se desiludem e constatam que não há soluções sectoriais.

A Gestão Integrada do Território supera estéreos debates sobre as opções entre crescimento e

desenvolvimento e constrói um quadro de discussão em que a didáctica dos dilemas é o elemento nuclear, para a elevação das competências críticas dos indivíduos, para que estes possam decidir sobre nosso futuro colectivo. Neste processo, mais do que ambiente ou cultura é a palavra território que se tornará nuclear, e num futuro que se apresenta incerto e inseguro, a concorrência entre territórios e a sua possível certificação serão certamente realidades.

O lugar do património estará aí, e se não cuidarmos dele nesta hora de aperto descobriremos que perdemos um activo territorial fundamental, quando o crescimento económico for retomado. Quem se preparar para essa hora, por seu lado, terá todas as condições para oferecer um contributo útil à reorganização global do País e do espaço económico, social e cultural em que se integra.

Neste sentido, é fundamental que a Cultura saia do gueto em que foi colocada há décadas. Isso implica manter a atenção sobre os focos tradicionais (as artes e o património), mas voltando a ligá-la à economia e à dinâmica social.

A sociedade precisa de reencontrar um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos de que dispõe e é capaz de gerar. Não será capaz de o fazer por mera importação de modelos, porque a economia é hoje global e é pela diferenciação, pela especialidade, que cada região ou país se pode afirmar. E essa diferenciação é cultural.

A cultura é a forma específica de satisfazer as necessidades de cada povo. A economia, a sociedade, o ambiente e as culturas cruzam-se, fundem-se, no território. As palavras-chave para o crescimento sustentável são território e cultura. A cultura isolada é uma curiosidade não sustentável. O território isolado é uma massa informe e sem diferenciação.

E o Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo inscreve-se nesse paradigma, tal como sublinhado na cimeira Rio+20, em Junho de 2012.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a toda a equipa de funcionários e colaboradores do Museu e do Instituto Terra e Memória, e em especial aos colegas Mariano Piçarra (com quem foi projectado o percurso expositivo e o essencial da estratégia museográfica), Anabela Pereira, Davide Delfino, Fernanda Torquato, Fernando Coimbra, George Nash, Hipólito Collado, Hugo Gomes, Isabel Afonso, Isabel Loio, Jedson Cerezer, Margarida Morais, Margarida Pacheco, Nelson Almeida, Pedro Cura, Pedro Serra, Rui Machado, Sara Cura, Sara Garcês e Síría Borges. Agradecimentos são igualmente devidos à colaboração empenhada dos colegas do Centro de Pré-História do IPT e do Instituto Politécnico de Tomar, bem como do Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo e da empresa Benefits & Profits, em especial Ana Cruz, Pierluigi Rosina, José Gomes†, Ana Graça, Cidália Delgado, Cristiana Ferreira, Ivo Oosterbeek, Luís Mota Figueira, Rita Anastácio, Silvério Figueiredo, Stefano Grimaldi e Vítor Teixeira. Os apoios das Presidências da Câmara Municipal de Mação e do Instituto Politécnico de Tomar, bem como da Comissão Europeia, têm sido fundamentais. É igualmente muito importante a cooperação com os municípios de Abrantes e de Vila Nova da Barquinha. No processo de internacionalização o Gabinete de Relações Internacionais do IPT (Conceição Catroga, Catarina Freire, Cláudia Fidalgo, Laurent Caron, Rosa Nico) tem um lugar de relevo no projecto do Museu.

BIBLIOGRAFIA (PARA SABER MAIS SOBRE O PROGRAMA DO MUSEU)

Almeida, N.J.; Cerezer, J.F.; Cura, P.; Cura, S.; Oosterbeek, L.; Raposo, L.; Oosterbeek, L. (2012). Mudança global, símbolos e tecnologia nas origens do agro-pastoralismo no Alto Ribatejo: um prelúdio à exposição. IN: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (2012). *Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre*. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 32, pp. 47-56.

Carbone, Fabio; Oosterbeek, L., Costa, C. (2012). The educational and awareness purposes of the Paideia approach for heritage management. IN: *Nat. Hazards Earth Syst. Sci.*, 12, pp. 1983-1986, doi:10.5194/nhess-12-1983-2012.

Cura, Sara, Oosterbeek, L., Cura, Pedro (2011). *A educação patrimonial no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação*. IN: *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*, Cascais, pp.611-619.

Oosterbeek, L. – editor (2006), *Europreart II. Prehistoric Art Research and Management in Europe*, Ravello, Edipuglia, Centro Universitario Europeo per I Beni Culturali.

Oosterbeek, L. (2004), *Brittle Memories: the most unknown but unexpected and forgotten Heritage*, IN: *La Gestione del Patrimonio Culturale: il patrimonio inconsueto – Proceedings of the 8th International Meeting*, Roma, DRI-Ente Inerregionale, pp.20-23.

Oosterbeek, L. (2007), *Arqueologia, Património e Gestão do Território – polémicas*, Erechim (Brasil), Ed. Habilis, 199p.

Oosterbeek, L. (2007), *Ordenamento cultural de um território*. IN: José Portugal, S. Marques (eds.), *Gestão cultural do território*. Porto : Setepés, 2007.

Oosterbeek, L. (2008), *Problems and perspectives of Rock Art in Portugal: a view from the Tagus valley*, IN: SEGLIE, Dario (Editor), *Rock Art World Main Problems. Man In India: A Quarterly International Journal of Anthropology – Special Issue on Rock Art World Main Problems*; Vol. 88 (2-3) April-September:331-351.

Oosterbeek, L. (2009) *El Arte del Tejo (Portugal) en el marco de los estudios de arte rupestre en Portugal*; In: Sanabria Marcos, P.J. (ed.). *El mensaje de Maltravieso cincuenta años después, 1956-2006*, Cáceres, *Memorias del Museo de Cáceres*, vol. 8, Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Extremadura, pp. 177-188.

Oosterbeek, L. (2009), *A arqueologia de um ponto de vista social: recursos, identidades e riscos num contexto de mudança*. In: S. Figueiredo (ed.), *Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em território português*, Lisboa, Centro Português de Pré-História e Geo-História, pp.49-63.

Oosterbeek, L. (2010). “Meio ambiente, património e consciência – uma perspectiva arqueológica. IN: M. Passos (ed.), *Diálogos*

cruzados: religião, história e construção social, Belo Horizonte, Ed. Argvmentvm, pp. 61-82.

Oosterbeek, L. (2010). *Dominant versus undermined values? A perspective from the most western seaboard of Europe*. IN: Quagliuolo, M. (ed), *Measuring the value of material cultural heritage*, Roma, DRI - Fondazione Enotria ONLUS, pp. 46-53.

Oosterbeek, L. (2011). *Is There a Role for the Humanities in Face of the Global Warming and Social Crisis?* IN: *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 14, pp. 97-103.

Oosterbeek, L. (2012). *Recursos, Tecnologia, tradições e gestão integrada do território*. IN: Quinta-Ferreira, M., Barata M.T., et al., *Para Desenvolver a Terra, Memórias e Notícias de Geociências no espaço lusófono*, Imprensa da Universidade de Coimbra, cap. 1.

Oosterbeek, L. (2012). *Safe harbor: performing cultural dialogues across the Atlantic. The launching of stable co-operation between Europe and Brazil for archaeological and historical research, cultural heritage management and inter-cultural co-operation*. IN: Perretto, C. (ed.), *Conservation, tourism and risk management. Atti dell workshop Isernia 14-15 ottobre 2010*, Ferrara, Università, pp. I-IV.

Oosterbeek, L. (ed.2011). *Direito ao património para uma gestão integrada do território*. Tomar, CEIPHAR, série *Area Domeniu* vol. 4.

Oosterbeek, L., B. Santander, M. Quagliuolo (2010), *Quality Heritage Management*, Tomar, ARKEOS, vol. 26, 190 p.

Oosterbeek, L., Cura, S., Bastos, R. L. (2011) *Pensar Local... Agir Global O Museu de Arte Pré-Histórica de Mação: memória, intuição e expectativa*. IN: *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*, Cascais, p.487-499.

Oosterbeek, L., I. Scheunemann, P. Rosina et al. (2010). *Gestão Integrada de Grandes Espaços Urbanos. Uma reflexão transatlântica*. IN: *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, II. Série, vol. 23, pp. 163-176.

Oosterbeek, L., Margarida Morais, André Lopes (2008), *Espaços de Memória e Cultura em Mação. Breve exposição*. IN: *Zahara*, nº 11, Abrantes, Centro de Estudos de História Local – Palha de Abrantes, pp. 60-64.

Oosterbeek, L., Morais, M., Figueira, M.C. (2010), “Espaços de Memória e Cultura em Mação – Portugal e Pelotas – Brasil”, IN: ARKEOS, vol. 28, pp.189-94.

Oosterbeek, L., Sara Cura (2005), *O Património Arqueológico do Concelho de Mação*, IN: *Zahara*, nº 6, pp. 17-32.

Oosterbeek, Luiz (2012). *Tecnologia, Memória e Gestão Integrada do Território: uma nova função social da arqueologia*. IN: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (2012). *Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre*. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 32, pp. 29-34.

Oosterbeek, Luiz; Collado Giraldo, Hipolito; Garcez, Sara; (2012). *Arqueologia Rupestre da Bacia do Tejo: RUPTEJO*. IN: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (2012). *Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre*. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 32, pp. 133-173.

Scheunemann, I.; Oosterbeek, L. (Eds).2012. *A new paradigm of sustainability : theory and praxis of integrated landscape management*. Rio de Janeiro, IBIO, 211 pág.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

www.arqueologos.pt